

PEL III é resultado da mobilização da advocacia: entenda o processo

Cláudia Lima Marques abre reuniões acadêmicas da comissão de Direito do Consumidor

Eventos celebram o Dia Internacional da Mulher

PÓS-GRADUAÇÃO LATO-SENSU EM DIREITO



inscrições segundo semestre

- Direito do Estado Constitucional Administrativo
- Direito Civil e Processo Civil
- Direito Empresarial Aplicado a Era Digital
- . Direito Previdenciario
- . Direito e Processo Penal
- . Direito de Família e Sucessões
- · Filosofia Politica e Juridica

inscrições pelo site: www.uel.br/proppg/portalnovo

mais informações: (43) 3371-4315 ou www.uel.br/secpos/cesa

TRADIÇÃO E EXCELÊNCIA NO ENSINO DE DIREITO



MELHORE SUA COMUNICAÇÃO COM SEUS CLIENTES.

Oferecendo mais profissionalismo e credibilidade ao seu escritório!

ATRAVÉS DO CONVÊNIO



Valores a partir de Mensais

SOLICITE ORÇAMENTO SEM COMPROMISSO:

www.juris.marketing

(41) 9.9178.9213

(41) 3668.8127

Receba notícias jurídicas gratuítas pelo Telegram

De Segunda a Sexta

ACESSE PELO LINK: https://bit.ly/oab-londrina-telegram Faça parte do nosso canal de noticias.



GESTÃO 2022/2024

PRESIDENTE

Nelson Sahyun Junior

• VICE-PRESIDENTE

Sania Stefani

SECRETÁRIO-GERAL

José Carlos Mancini Junior

• SECRETÁRIA-ADJUNTA

Caroline Thon

TESOUREIRO

Francisco Luís Hipólito Galli

DIRETOR DE PRERROGATIVAS

Geovanei Leal Bandeira

CONSELHO FEDERAL

Artur Piancastelli

CONSELHO ESTADUAL

Eliton Araujo Carneiro
José Carlos Vieira
Leidiane Cintya Azeredo
Maria Lucilda Santos
Mario Sérgio Dias Xavier
Solange Rodrigues de Souza
Vânia Regina Silveira Queiroz

CAIXA DE ASSISTÊNCIA

Edmeire Aoki Sugeta - Diretora Fabiano Nakamoto - Delegado

EXPEDIENTE

Boletim Infomativo da Ordem dos Advogados do Brasil Subseção Londrina/PR

R. Parigot de Souza, 311 - CEP. 86010-904

Londrina/PR - (43) 3294 5900 - londrina@oabpr.org.br

• CONSELHO EDITORIAL:

José Carlos Mancini, Sania Stefani e Caroline Thon.

Redação e Edição: Máxima Comunicação

Jornalista Responsável: Benê Bianchi (MTb 2621) - (43) 3339 7199

Fotografia: Jonas Pereira

Projeto Gráfico:

Boletim Informativo Comunicação Institucional

Comercialização e Diagramação:

Boletim Informativo Comunicação Institucional

(41) 3668-8127/9.9111.5717 Email: comercial@boletim.jor.br

Site: www.boletim.jor.br

Tiragem: 8.034 eletronicamente. Distribuição dirigida e gratuita.

As matérias assinadas são de inteira responsabilidade de seus subscritores.



MAIS PRATICIDADE PARA VOCÊ!

Para ter acesso ao Jornal, basta apontar a câmera do seu celular ou o leitor de QR Code para esta imagem





Plantão de Prerrogativas

Atendimento 24 horas - (43) 9.9949-5961

Médico de Família - Agende sua consulta: (43) 3374.8300

Conheça os beneficios da CAA-PR https://www.caapr.org.br/beneficios/

EDITORIAL

mês de março já é tradicionalmente reconhecido pelas comemorações do Dia Internacional da Mulher e a atenção a elas, Mulheres Advogadas, foi o grande tema abordado nos muitos eventos que aconteceram na OAB Londrina nesse período, além das ordinárias realizações das demais comissões temáticas, aqui também retratadas.

Eventos dedicados ao conhecimento, ao desenvolvimento físico ou sociais das Mulheres, garantiram um pouco mais do merecido reconhecimento e protagonismo que já lhes é natural.

Neste sentido, merece destaque que a OAB-Subseção de Londrina foi recentemente presidida por uma Mulher, a qual por sua capacidade e sobretudo disposição à Ordem, determinou, através da sua

sensibilidade, os avanços que somente as mulheres são capazes de imprimir. Em mesmo sentido, a OAB-Seccional do Paraná hoje é presidida também por uma mulher, a quem confiamos a representação e a gestão de nossa Instituição, ao lado de sua Diretoria e Conselho, pelos próximos três anos.

O protagonismo da Mulher na seara jurídica é algo imutável. Aos dias de hoje, ao contrário do que ocorria tempos atrás, o número de mulheres que realizam o compromisso e tornam-se advogadas já supera o número de homens que ingressam nos nossos quadros anualmente. Certo é que o espaço já conquistado pela Mulher, seja na OAB-Subseção Londrina, ou mesmo na Seccional do Paraná e em todos os outros ramos da sociedade, é caminho único, sem

possibilidade de retrocesso, o qual garante aos nossos quadros mais sensibilidade, proatividade, resiliência e a força que são naturais das nossas Mulheres, verdadeiras guerreiras que a cada dia que passa demonstram seu maior valor.

A garra e disposição das Mulheres Advogadas, voluntárias que auxiliam na condução das Comissões temáticas, Conselho e Diretoria desta Casa, estão evidenciadas na qualidade e pluralidade dos muitos eventos que aconteceram no mês de março na OAB-Londrina, os quais estão retratados no nosso jornal. A elas dedicamos, uma vez mais, nosso reconhecimento e gratidão.

Boa leitura!

A diretoria

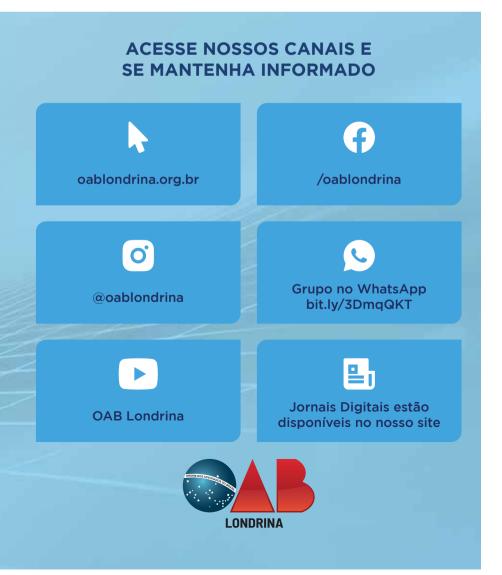
Prezados advogados e advogadas,

A **OAB Londrina** vem trabalhando incansavelmente em várias frentes e uma delas é levar o máximo de informações sobre a área e as ações da entidade a todos os profissionais inscritos na Subseção.

Para isso, tem feito investimentos em vários canais: possui site, mantém um jornal digital mensal, tem canal no YouTube, está presente no Instagram e no Facebook, tem um grupo de notícias no WhatsApp; envia e-mail marketing e ainda, praticamente, todas as nossas comissões têm mídia social.

O mundo já não é mais o mesmo e as mudanças ocorreram rapidamente. Inúmeras delas. Essas mudanças também nos impuseram novos hábitos, entre eles, o hábito da leitura.

Se antes as notícias chegavam até nós por meio de um jornal, informativo, boletim, revista etc - todos produtos impressos -, e nos lembravam o tempo todo de sua existência, hoje, os novos tempos exigem que nos tornemos "leitores ativos", ou seja: precisamos acessá-las.



Planejamento Tributário x Compliance Tributário: a Advocacia Tributária mudou?

ão é novidade que a carga tributária das empresas brasileiras é um fardo pesado. Não bastasse isso, este peso é acompanhado de um alto custo de conformidade que, dada a complexidade do sistema tributário, pode ser causa do insucesso da atividade empresarial ou do comprometimento da sua saúde financeira.

Embarcado em um dos principais assuntos do mundo corporativo atual, o compliance aplicado aos aspectos tributários da empresa (e também da pessoa física) é questão de ordem maior, demandando constante atenção e investimento.

É preciso, de início, esclarecer a ideia de que compliance tributário diz respeito somente à regularidade no pagamento de tributos. Muito mais que isso, compliance tem a ver com o grau de cuidado que a empresa oferece às informações que serão prestadas aos entes fiscalizadores e também se relaciona com a sua capacidade de se manter em situação de conformidade com as exigências da legislação vigente e com os próprios fornecedores e clientes.

As vantagens do compliance fiscal são muitas, como por exemplo: monitoramento das obrigações fiscais pendentes, armazenamento da documentação fiscal, correto preenchimento de notas fiscais de acordo com as novas instruções, acompanhamento de prazos. No entanto,

como qualquer ferramenta, ostentam a necessidade de uma inteligência operacional que, por sua vez, não existe sem uma cultura de governança que seja baseada na conciliação, uniformidade e transparência de informações.

Neste cenário, é preciso ter em mente que, do outro lado da mesa, existe um constante investimento por parte dos governos, não só arrecadação de tributos, mas, também, e principalmente, das penalidades por descumprimento de obrigações colaterais, estas menos suscetíveis de longas discussões de teses jurídicas às barras dos tribunais e, por isso, mais "fáceis" de ser exigidas.

Entre as ferramentas do Fisco, a melhor delas é, sem dúvida, o cruzamento de informações. Do mais simples ao mais sofisticado, o compartilhamento de informações entre entes financeiros em cooperação, organismos internacionais, fazendas públicas, agências reguladoras, e, principalmente, o cruzamento de dados dos próprios contribuintes, constituem meios muito efetivos (e ainda pouco explorados) para se fiscalizar as atividades econômicas.

É de se ver com todo cuidado com determinadas "assessorias tributárias' que amealham empresários e contribuintes individuais, executando certos planejamentos tributários que quiçá possam ser duvidosos. E além de tudo, existe a aplicação da multa qualificada nos lançamentos fiscais nos ca-



sos de planejamento tributário abusivo, com jurisprudência predominante no CARF. Busque sempre o auxílio de um(a) advogado(a) especialista na área de Direito Tributário e/ou Compliance Tributário.

A íntegra do artigo pode ser lida em https://oablondrina.org.br/artigos/planejamento-tributario-x-compliance-tributario-a-advocacia-tributaria-mu-

dou-realmente/

Adriano R. Arriero, membro-fundador e atualmente Vice-Coordenador da Comissão de Direito Tributário da OAB-Londrina.



APROVADO PELA CAPES/MEC
 Portaria Nº 576, de 9 de Julho de 2020



Advogados
OAB/PR
10%
DE DESCONTO

www.faculdadeslondrina.com.br/mestrado



INSCRIÇOES ABERTAS!

© 43 99986-8541

Veja como foi a movimentação e produção das comissões da "casa" no mês de março:

DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES



No formato semipresencial, a Comissão de Direito de Família e Sucessões fez sua reunião mensal de março no dia 3, com palestra do advogado Fernando Ricciardi.

REUNIÕES ORDINÁRIAS

As comissões da OAB-Londrina realizam, mensalmente, suas reuniões ordinárias para o importante trabalho de planejamento de atividades e eventos. Realizaram suas reuniões as comissões de Direitos das Pessoas Idosas (dia 9), Inovação e Gestão (dia 9), Esportes e Bem-Estar do Advogado (dia 9), Direito Imobiliário e Urbanístico (dia 11), do Terceiro Setor e Pacto Global (dia 14), Direito Tributário (dia 17), Defesa das Prerrogativas (18), Direito Criminal (dia 31) e ainda a dos Advogados Trabalhistas, que se reúne todas as sextas.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO



Rogério Grahl, graduado em engenharia química e com experiência em gestão industrial e segurança do trabalho foi o convidado da comissão de Direito Previdenciário para a reunião realizada em 22 de março. O palestrante abordou o tema "Eventos do SST do e-Social – Aposentadoria Especial".

DIREITO IMOBILIÁRIO E URBANÍSTICO



A comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico da OAB-Londrina realizou reunião pedagógica, na sexta-feira, 25 de março, com o tema "A atuação do advogado na aprovação do loteamento". Quem comandou a palestra foi o advogado e membro da comissão da casa Antônio Cézar Ghiraldi, que também é corretor e avaliador de imóveis.

COMPLIANCE E TRABALHISTAS

As comissões de Compliance e de Advogados Trabalhistas se uniram para realizar o evento "Compliance como um aliado nas relações de trabalho da Mulher", dia 28 de março. Proferiram palestra a juíza do Trabalho Ana Paula Sefrin Saladini, sobre Assédio Moral no Ambiente de Trabalho; a advogada Talita Munareto, sobre Meritocracia no Universo Feminino; a psicóloga Bárbara da Cunha, sobre Saúde Mental da Mulher no Ambiente de Trabalho; e a advogada Raquel Cristina Silva das Neves, sobre Direito das Mulheres.

DIREITO BANCÁRIO

A primeira reunião ordinária da Comissão de Direito Bancário da Subseção Londrina foi realizada no dia 4, com recepção a novos integrantes e discussão sobre "Perspectivas para a advocacia no Direito Bancário".

BIOÉTICA E BIODIREITO

A Distanásia, processo de prolongamento da vida por meios artificiais, num processo de morte lenta e sofrida, foi tema da reunião da comissão de Bioética e Biodireito da OAB-Londrina no dia 8 de março. O convidado para falar sobre a distanásia foi Rodolfo Moraes, médi-



co paliativista no Hospital do Câncer e Hospital São Joaquim de Franca-SP. O bate-papo teve a mediação da advogada Franciane Campos, coordenadora da comissão.

DIREITO DO CONSUMIDOR NA ESCOLA

Os alunos das turmas de ensino médio e técnico do Colégio Estadual Profª. Maria José Balzanello Aguilera, no Conjunto Cafezal 4, tiveram uma aula diferente no último dia 22. As advogadas integrantes da comissão de Defesa do Direito do Consumidor Ana Paula Aparecida Lucena e Daiane Garcia fizeram palestra para os estudantes, abordando os direitos e deveres dos consumidores, a importância e os avanços que vêm ocorrendo na legislação nos últimos anos.

DIREITO DIGITAL

No dia 22, a comissão de Direito Digital se reuniu para discutir, entre seus membros, o tema "A atuação da ANPD com a vigência da LGPD".

DIREITO TRIBUTÁRIO

O reconhecido advogado Fábio Artigas Grillo proferiu palestra remota, no dia 30 de março, a convite da Comissão de Direito Tributário da OAB-Londrina. Ele falou sobre "Honorários Advocatícios de Sucumbência e a incidência do ISS".



esta edição do jornal da Subseção, serão apresentadas mais duas comissões da casa: a de Advogados Trabalhistas e de Estabelecimentos Prisionais.

Comissão de Advogados Trabalhistas

A comissão é coordenada pelo advogado Diogo Brochard Menoncin, graduado pela Universidade Estadual de Londrina (2000-2004), pós graduado em Direito Civil e Direito Processual Civil também pela UEL (2007), advogado trabalhista desde março de 2005 e que já esteve na docência, no período de 2008 a 2011.

Menoncim participa na Subseção-Londrina como membro da Comissão dos Advogados Trabalhistas desde 2018, ocupando a função de coordenador desde o início de 2021. Atualmente, também é Conselheiro da OAB Subseção-Londrina.

- Como conheceu o trabalho da comissão?

Através de outros advogados trabalhistas, eventos e no dia a dia da Justiça do Trabalho, em especial por intermédio dos antigos coordenadores João Garla e Ana Paula Silva.

- Qual o papel da comissão no contexto da entidade e da comunidade?

O papel da comissão é unir a advocacia trabalhista londrinense, entendendo as principais necessidades, reivindicações e dificuldades da classe, buscando soluções. A comissão funciona como uma ponte entre os advogados trabalhistas e a Diretoria da OAB-Londrina, inclusive quando há necessidade de atuação da entidade na defesa de direitos e prerrogativas.

Por delegação da Diretoria, a Comissão tem acompanhado também os trabalhos de correições e autoinspeção nas Varas do Trabalho da Região. Essa proximidade com a Diretoria também se estende à área acadêmica, com a organização de palestras, simpósios, colóquios e publicação de trabalhos científicos pelos membros da comissão.

Com relação à comunidade, o foco é no esclarecimento da sociedade quanto às questões relacionadas ao direito do trabalho, especialmente visando o exercício da cidadania. Realizamos dias de orientações/esclarecimentos à sociedade em comunidades carentes, inclusive escolas, bem como no calçadão

de Londrina no Dia do Trabalhador.

- Como é a rotina de trabalho de seus membros?

Realizamos reuniões ordinárias às sextas-feiras, de forma presencial, na sede da OAB-Londrina. Uma vez por mês, realizamos reuniões virtuais com convidados, com palestras ou debates a respeito de algum tema importante do Direito do Trabalho.

- Vocês já têm um plano de trabalho para o primeiro ano de atividades? Qual é?

A ideia é mantermos as rotineiras reuniões ordinárias e com convidados, realizando eventos maiores em paralelo. No mês de março, organizamos um evento em conjunto com a Comissão de Compliance em Comemoração ao Dia Internacional da Mulher, abordando temas relacionados às dificuldades da mulher no mercado de trabalho.

Para maio, em razão do Dia do Trabalhador, estamos organizando um evento direcionado à comunidade carente, que tem como tema a inserção de jovens no mercado de trabalho.

Para agosto, estamos idealizando um colóquio ou simpósio trabalhista aqui em Londrina, de forma presencial, com palestrantes de renome, abordando os temas atualmente mais relevantes do Direito do Trabalho.

- Que ações da comissão você destacaria, espe-



cialmente nesse período de pandemia?

Durante a pandemia, os trabalhos da comissão não pararam. Através de plataforma digital fornecida pela Subseção, foi possível a realização das reuniões. As reuniões foram de suma importância dadas as circunstâncias de isolamento social impostas nesse período.

No início na pandemia, tivemos o fechamento do Fórum Trabalhista, com a consequente suspensão da realização de audiências. Tal situação teve profundo impacto na atuação dos advogados trabalhistas, que se viram, inclusive, sem conseguir trabalhar.

Neste contexto, a comissão teve papel importante, em suas reuniões, na análise dos novos problemas e busca por soluções, que em muitos casos ajudaram o exercício da profissão no período de restrições.

Também na pandemia, foram realizadas reuniões virtuais com convidados, abordando os temas atualmente mais relevantes do Direito do Trabalho.



Anuncie em nossas mídias



✓ Jornal Digital ✓ Telegram
✓ Banner Site/Informe

Solicite nossa proposta:

(S) 41. 9.9111-5717 | comercial@boletim.jor.br

• Comissão de Estabelecimentos Prisionais

Adriano Pontes Venturini é o coordenador da Comissão de Estabelecimentos Prisionais. Formado em Direito pela Unifil em 2011, atua nas áreas Penal, Família e Consumidor.

- Como conheceu o trabalho da comissão?

A convite de um colega criminalista que à época estávamos em uma defesa em comum. Participei de uma reunião com vários colegas, muito produtiva e que me chamou a atenção para a causa, para voltar o olhar aos problemas que dificultavam e/ou impediam a execução penal em sua totalidade e como os colegas que atuavam na área enfrentavam as dificuldades, que precisavam ser ouvidos.

- Qual o papel da comissão no contexto da entidade e da comunidade?

Em relação á Subseção, a Comissão faz a ponte, a filtragem das demandas e necessidades dos colegas que atuam nessa área (execução penal); prepara pareceres em resposta a pleitos advindos de sindicatos, empresas, MP e demais que requerem um posicionamento oficial da OAB em relação a questões — quaisquer que sejam — envolvendo os estabelecimentos prisionais e a execução penal. Também fomenta o estudo da Lei de Execuções Penais — LEP, ajudando os profissionais com palestras, eventos e treinamentos.

Em relação à comunidade, a Comissão tenta elucidar que um preso não é alijado, ele foi temporariamente retirado da sociedade, mas retornará; e, de forma indireta, trabalhando com preso, sua ressocialização através de incentivo com a remissão de pena, aprendizado de uma profissão e estudo. A capacitação do preso, em tese, impediria a reincidência. Isso contribui para com a sociedade, já que a efetiva aplicação da LEP faz com que o indivíduo retorne a ela em condições de se tornar um membro ativo e faça sua devida reparação.

A Comissão dos Estabelecimentos Prisionais já foi chamada diversas vezes, seja para emitir pareceres, seja para ir a campo. Dentre as atuações podemos des-

tacar a grande rebelião da PEL 2, o incêndio da minirebelião em Ibiporã mais recentemente, pareceres sobre pedidos formulados por instituições para instalar medidas socioeducativas na PEL 2 e que desejavam apoio institucional, respostas ao Sindicato dos Agentes Penitenciários, entre outros.

- Como é a rotina de trabalho de seus membros?

As demandas que chegam a nossos membros são levadas para as reuniões. Cada membro tem um papel fundamental, fornecendo ideias e material humano, dividindo tarefas e compartilhando resultados.

Quando se faz necessário emitir um parecer, é designado um membro que o redige e leva até a Comissão para aprovação ou sugestões de mudança quando necessário.

Os membros também são elos com os demais colegas, uma vez que as demandas nos chegam através de encontros com os colegas em fóruns, audiências, de um encontro nas salas da Ordem em fóruns, na sede da Subseção.

Vocês já têm um plano de trabalho para o primeiro ano de atividades? Qual é?

Temos a ideia de fazer visitas aos estabelecimentos prisionais, o que não foi possível nesse período de pandemia, para verificar as possíveis demandas e como podemos ajudar; vamos traçar um planejamento trianual para a Comissão, estabelecendo inspeções como a acima de forma bianual, intercalando-as com eventos focados no estudo da LEP; mapear todos os estabelecimentos prisionais que estão na geografia da Subseção; fazer reuniões itinerantes em outras cidades que pertencem à Subseção. Esses são alguns de nossos objetivos.





Cada membro
tem um papel
fundamental,
fornecendo
ideias e material
humano,
dividindo tarefas
e compartilhando
resultados"

CONSELHEIROS

ando sequência ao trabalho de apresentação de todos os conselheiros da Subseção aos advogados e advogadas inscritos na OAB-Londrina, nesta edição do Jornal da Subseção, trazemos mais dois profissionais que ajudam a construir o dia a dia da entidade: as conselheiras Amanda Cristina Gomes Benavenuto e Andressa Canello Isidoro Machado.

Amanda Cristina Gomes Benavenuto

Como você vê o papel do Conselho da Subseção?

O Conselho é composto por 35 advogados(as), eleitos a cada triênio, juntamente ao Presidente e Diretores da Subseção. O papel do Conselho da Subseção é de suma importância, visto que os Conselheiros têm a missão de fazer a análise das representações, verificar o enquadramento da(s) infração/infrações disciplinares ao Estatuto da OAB e CED, examinar provas, instruir os processos e realizar a votação de pareceres que deverão ser direcionados ao Tribunal de Ética e Disciplina para serem julgados. Um trabalho honrado e voluntário, onde os Conselheiros prestam tempo, conhecimento e dedicação à entidade, zelando sempre pela celeridade e administração da justiça.

Como pretende atuar?

Fiquei muito feliz ao ser convidada para integrar o Conselho da Subseção, principalmente pela atual gestão, composta por advogados ilustres e admirados pela advocacia de Londrina e região. Integrar o Conselho é uma imensa honra e uma grande incumbência, visto a responsabilidade que cabe aos Conselheiros junto à classe e à sociedade. Eu, como Conselheira da OAB-Londrina atuarei buscando a correta aplicação da Lei e sobretudo a perseguição do justo, sempre com amor, zelo, dedicação e comprometimento, atuando de forma célere em despachos e decisões dos processos disciplinares.



Como avalia essa integração promovida pela atual gestão, que trouxe renovação e diversidade para o Conselho?

A atual gestão da OAB-Londrina teve uma postura excepcional e assertiva ao renovar e diversificar na escolha dos Conselheiros. Trata-se de um relevante passo para a construção de uma OAB cada vez mais igualitária e justa. A diversidade de seus membros garante uma vasta pluralidade de pensamentos e opiniões, de modo que atualmente o Conselho é composto por advogados e advogadas de diferentes idades, iniciantes e experientes, de variadas áreas, cores, classes sociais, entre outros parâmetros. A diversidade do Conselho permite agregar uma farta rede de informações, que serão levadas ao Presidente e Diretores da OAB-Londrina, de forma que as situações vivenciadas por toda a classe sejam compreendidas e auxiliadas pela OAB. A atual gestão buscou por meio da renovação e diversificação do Conselho estar cada vez mais próxima à realidade de cada advogado.



DIVULGUE
SUA EMPRESA
EM NOSSO CANAL
DO TELEGRAM
DA OAB LONDRINA

MAIS INFORMAÇÕES: 41. 9.9111.5717



Andressa Canello Isidoro Machado

Como você vê o papel do Conselho da Subseção?

O Conselho da Subseção tem a responsabilidade de garantir a efetividade da Justiça nos processos disciplinares, atuando de forma eficaz e sensível frente a cada caso que é apresentado, fazendo uma instrução séria para que o advogado seja julgado pelos atos efetivamente praticados dentro dos termos da lei e que o cliente prejudicado não fique desamparado. Além disso, o Conselho é um braço da Diretoria, que traz uma certa proximidade da classe com seus representantes. As situações apresentadas a um conselheiro sempre chegam à Diretoria.

Como pretende atuar?

Essa é a minha terceira participação no Conselho da Subseção. Desde o início a intenção sempre foi de ajudar e realizar o melhor trabalho possível, no entanto, o que muda nesta gestão é que o entusiasmo e a dedicação de todos os membros do Conselho e da Diretoria é tão cativante que a vontade de trabalhar e realizar um serviço de excelência é maior ainda.

Como avalia essa integração promovida pela atual gestão, que trouxe renovação e diversidade para o Conselho?

Um Conselho renovado, composto de vários jovens advogados que estão com muita disposição de trabalhar e mostrar serviço. Isso com certeza trará um aumento expressivo na produtividade do Conselho. Já a Diretoria é composta por advogados extremamente acessíveis e sensíveis que querem não só buscar melhorias para a classe, mas fazer com que cada advogado da subseção se sinta acolhido e representado.



• Conselheiro Estadual

José Carlos Vieira

José Carlos Vieira, advogado formado pela Universidade Estadual de Londrina, especialista em Processo Civil e com atuação na área Cível, está em sua segunda gestão como conselheiro estadual e atualmente ocupa a presidência da 2ª Turma da Câmara de Disciplina da Seccional. Ele explica que, além das atividades específicas dos órgãos fracionários, os conselheiros atuam igualmente de forma colegiada nos temas de natureza institucional e também disciplinares.

"Embora seja um conselho de atuação estadual, seus integrantes auxiliam no encaminhamento e defesa dos interesses de suas subseções de origem, sendo importante, por essa razão, que haja uma integração muito próxima entre o conselho da subseção, diretoria e os conselheiros estaduais. Isto vem acontecendo neste início de administração da subseção de Londrina, com a participação dos conselheiros estaduais nas sessões do conselho da Subseção local e nos contatos com a diretoria, oportunidade em que informam das pautas do conselho seccional e são informados dos assuntos relevantes para a subseção, facilitando o trabalho em prol dos advogados locais", comenta.

Entre as ações do Conselho Estadual de repercussão no dia a dia dos profissionais na gestão anterior, Vieira destaca que, no final do ano passado, o Conselho teve uma pauta extremamente relevante para toda a população, que foi a tentativa de majoração das custas judiciais. "A OAB, através de sua Diretoria e do Conselho Seccional, se posicionou



contrariamente ao aumento pretendido pelo TJPR e, ao final, os deputados reajustaram as custas com base na inflação e não pelos índices apresentados pelo Tribunal", menciona.

Representante de Cambé vê oportunidade para advocacia local ser ainda mais valorizada

advogado David Garcia é o representante da Comarca de Cambé, ou seja, ele é um facilitador para o encaminhamento das demandas da advocacia local até a diretoria da entidade.

Formado em Direito pela PUC-PR e também com formação em contabilidade, Garcia atua em Cambé no Direito Tributário, Previdenciário, Trabalhista, Família, Civil e Empresarial.

Desde a gestão passada, quando foi convidado pela então presidente Vânia Queiroz a fazer parte do quadro diretivo da Subseção, David responde pela função de representante da Comarca de Cambé. "Mesmo nos dois anos anteriores, com restrições para realização de eventos presenciais, fizemos eventos menores e alguns virtuais, e conseguimos muitos avanços para nossa comarca, trazendo valorização para nossa classe", avalia.

Para esse novo ciclo, ele diz estar bastante animado para desenvolver ações que possam valorizar ainda mais a advocacia e suas prerrogativas, integrando a classe à entidade.

Faz parte do planejamento do representante, trabalhar para que haja um "espaço físico inteligente" no Fórum de Cambé, maior convívio com a diretoria da Subseção e com todas as comissões, além de outros eventos como palestras, Escola do Saber, grupos ativos dos advogados para compartilhar as experiencias e suas dificuldades em certas demandas, dentre outros.

"Pretendemos criar um canal de comunicação rápido e dinâmico na busca de soluções locais, quando nossas prerrogativas estejam sob ameaças, ou quando estiverem sendo violadas, sejam por parte do Poder Judiciário e outros poderes, para que nossa classe seja valorizada e respeitada no pleno exercício da profissão, a qual busca a justiça. Queremos uma advocacia dinâmica e de resultados", menciona.

Garcia ressalta ainda que está convicto de que a nova diretoria dará continuidade às conquistas já implementadas, podendo avançar nas inovações. "Estamos vendo que a nova diretoria está valorizando ainda mais a classe, sem partidarismo e sem revanchismo. Isso é salutar e muito benéfico, pois o compromisso é pela advocacia renovada", comenta.

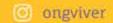


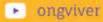
Queremos uma advocacia dinâmica e de resultados"

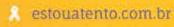
Apoie crianças e adolescentes com câncer!

Acesse www.ongviver.org.br :sal

ongviverlondrina













m fevereiro, o Governo do Estado inaugurou, oficialmente, a unidade três da Penitenciária Estadual de Londrina, localizada na rodovia João Alves da Rocha Loures, na zona sul da cidade. A unidade integra o complexo prisional em Londrina, que conta ainda com a PEL 2, Casa de Custódia e Centro de Ressocialização.

A inauguração foi comemorada pela comunidade e, em especial, pela OAB-Londrina, que teve papel fundamental no andamento da obra. A entidade, por meio da Comissão de Estabelecimentos Prisionais, na época coordenada pelo advogado José Carlos Mancini, ao perceber que, após 15 meses da data que deveria ter iniciado a construção e nada acontecia, fez um relatório ao Conselho Seccional citando a imprescindibilidade da Propositura da Ação Civil Pública — ACP, exigindo que o estado do Paraná utilizasse verba já disponível para o fim previsto.

O coordenador atual da comissão, Adriano Pontes Venturini, relata que a OAB-PR aprovou a demanda da comissão e propôs, após conversar com o Juiz corregedor dos respectivos presídios, uma Ação Civil Pública, em setembro de 2015, a qual objetivava o imediato início das obras já licitadas e contratadas.

Fundou-se a demanda em convênio, celebrado pelo Estado do Paraná com a União, o qual garantiu o orçamento e custeio da obra, ficando a cargo do Estado apenas a execução.

Venturini menciona que, antes de levar o caso à Seccional, a Comissão realizou consultas informais junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná. "Foi quando soubemos que em tais obras surgiram divergências de laudos técnicos, os quais determinaram a paralisação e estagnação das obras e assim, o que seria previsto para conclusão em dezembro de 2014, não havia sido sequer iniciado no segundo semestre de 2015. Certo é que ausência de recursos financeiros não poderia ser

fundamento para tal paralisação, pois as obras dispunham de valores cedidos pela União", lembra.

A mobilização da Subseção valeu a pena. "Ao final, conseguiu-se tudo, inclusive a ampliação da Casa de Custódia de Londrina, que foi absorvida pela construção da PEL III. A inauguração foi um grande marco para a advocacia local e para a Subseção já que vê-se, literalmente, o trabalho de uma luta abraçada pela diretoria da Subseção, pela Seccional e pelos advogados que jamais desistiram de atendimento digno aqueles que ali precisam frequentar e uma melhor execução da pena a seus clientes", comemora.

O novo presídio tem capacidade para 752 detentos, tem três blocos, com galerias de celas, pátio de visita, de sol, sala para atendimento de advogados e setor de saúde, entre outros espaços. A penitenciária custou cerca de R\$ 18 milhões e começou a ser construída em 2019.

Atribuição consultiva do TED previne sanções ético-disciplinares

Para a maioria dos advogados, quando se fala no Tribunal de Ética e Disciplina (TED) da OAB o primeiro pensamento que vem à cabeça é a função punitiva do órgão, ou seja, aquela que cuida e julga os processos relacionados a questões ético-disciplinares da advocacia. No entanto, o TED tem uma outra atribuição muito importante: a consultiva, que é menos conhecida e utilizada pelos advogados em geral.

Presente em todas as regionais da OAB, o TED tem seu funcionamento normatizado por um regimento interno, que determina quais as funções que o tribunal deve desempenhar e como ele é composto. A seccional da OAB-PR conta com um Tribunal de Ética e Disciplina, composto por 14 Turmas de Julgamento, 7 na capital e 7 no interior. Há, ainda, uma turma de instrução. São 119 advogados e advogadas compondo referido Tribunal e há uma produção intensa de decisões e julgamentos.

Membro da 7ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da Seccional Paraná, o advogado Taigoara Finardi Martins explica que esta função consultiva também está prevista no Regimento Interno, sendo, inclusive, de competência específica de um dos órgãos especiais do Tribunal. "O TED tem várias turmas de julgamento, mas ele tem um órgão especializado - a Câmara Especial, que é formada por um número maior de membros. Mais de 30 pessoas compõem esta Câmara, incluindo o presidente, o vice-presidente e os presidentes de cada uma das turmas. É essa Câmara que tem a função e competência de responder consultas hipotéticas dos advogados em geral", esclarece.

Martins destaca que a advocacia está vinculada a uma série de normativas éticas, sendo o principal instrumento o Estatuto da Advocacia. Porém, lembra ele, existem outras normativas que os advogados conhecem menos, têm menos familiaridade, como por exemplo o Código de Ética da OAB, o Regimento da própria OAB, além de outras legislações e resoluções que vão sendo editadas pelo Conselho Federal.

"Muitas vezes é difícil para os profissionais acompanhar todas essas evoluções normativas. É justamente por isso que existe essa função consultiva do TED. O advogado não precisa errar





primeiro e ser punido para aprender. Ele pode, diante de uma situação que gere dúvida, elaborar uma consulta ao TED e se precaver de uma eventual infração disciplinar", orienta.

O caráter preventivo das consultas é de grande importância para evitar situações de processos ético-disciplinares, que podem até resultar em condenação do advogado. Martins ressalta que, na maioria das vezes, uma advertência e até uma suspensão acontecem não por má fé, mas por pura falta de conhecimento do advogado envolvido, que poderia ter submetido uma consulta prévia ao TED, evitando esse tipo de condenação.

As consultas podem ser formuladas e protocoladas por qualquer advogado, que deve redigir a questão a ser consultada sempre no campo da hipótese, e nunca de forma específica, ou seja, o profissional não deve citar qualquer número de processo ou o nome do cliente. Na sequência,

ele protocola o documento junto ao Tribunal de Ética e Disciplina. A consulta então é direcionada à Câmara Especial.

"A Câmara vai sortear um relator e um revisor, que têm um prazo relativamente curto, de 10 dias, para elaborar e revisar um relatório. O relator vai explicar em detalhes no que consiste a consulta em questão, além de contextualizar e opinar sobre seu voto. No mesmo prazo o revisor também deve elaborar o seu voto. No fim desse período o relator vai incluir a consulta na pauta de avaliações da Câmara", detalha Martins.

Cabe destacar, ainda, que o advogado que elabora uma consulta tem direito previsto em regimento de fazer uma sustentação oral, expondo seus argumentos durante 15 minutos no decorrer da avaliação da consulta. De acordo com o membro da 7ª Turma do TED, existem dois cenários possíveis: ao propor a consulta o profissional pode realmente não saber, não ter ideia

de qual postura deve adotar; ou já ter opinião formada a respeito do assunto, precisando apenas de uma confirmação, por questão de segurança.

"O mais provável que o advogado já tenha um entendimento a respeito de qual conduta acatar. No entanto, pode haver uma preocupação da parte do profissional de que esse comportamento não seja chancelado pelo TED. Então, por resguardo, ele elabora uma consulta e evita sofrer um procedimento éticodisciplinar ao aceitar a decisão da Câmara Especial".

Antes de encerrar sua entrevista ao Jornal da OAB-Londrina, Martins salientou a importância da divulgação da atribuição consultiva do TED. Para ele, é imprescindível que cada vez mais profissionais tenham conhecimento dos recursos e ferramentas disponíveis para o exercício pleno de uma advocacia ética e competente.

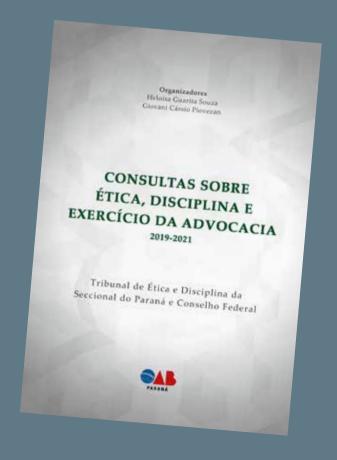
Publicação digital reúne consultas dos últimos dois anos

Com o objetivo de estender aos advogados e advogadas mais uma ferramenta de consulta, no ano passado o Tribunal de Ética e Disciplina da Seccional do Paraná e Conselho Federal da OAB compilaram em uma publicação digital as consultas solicitadas aos órgãos entre 2019 e 2021 (Consultas sobre Ética, Disciplina e Exercício da Advocacia). A publicação consiste em mais uma ferramenta para orientar a classe sobre as formas de exercício correto da profissão e está disponível na biblioteca digital da OAB/PR.

A obra contempla os mais variados temas, questionados por profissionais que buscaram na OAB um esclarecimento sobre comportamentos éticos em relação às partes, os magistrados e membros do Ministério Público e muito especialmente em relação aos atos de publicidade profissional. Este último, aliás, chama a atenção por consultas formuladas principalmente pela jovem advocacia, e em razão não apenas do uso das redes sociais para a divulgação da atividade profissional, como também dos limites impostos pelo Estatuto, pelo Código de Ética e pelo Provimento nº 94/90, que trata de publicidade profissional, que está sendo modificado e atualizado pelo Conselho Federal.

Em seu prólogo para a publicação, o presidente do TED OAB/PR, Renato Cardoso de Almeida Andrade, diz que cresce na proporção do número de novos profissionais a quantidade de processos ético-disciplinares em todo o Brasil. "O número é assustador e muito triste. Algumas infrações se dão pelo descuido ou desinteresse da advogada ou advogado em simplesmente ler o Código de Ética e o nosso Estatuto", lamenta.

A publicação também agrega as consultas respondidas na atual gestão pelo Órgão Especial do Conselho Federal da OAB.



Congresso expõe a excelência da advocacia local e paranaense

Comissão de Direito Agrário e do Agronegócio da OAB-Londrina realizou entre os dias 14 e 16 de março o III Congresso Paranaense de Direito Agrário Aplicado ao Agronegócio. A abertura oficial foi conduzida pelos advogados Nelson Sahyun Jr., presidente da Subseção; Rodolfo Ciciliato, Conselheiro da OAB/Londrina; e Juliana Torres Milani, Coordenadora da Comissão de Direito Agrário e Agronegócio (CDAA) da OAB/Londrina e contou também com a presença do diretor tesoureiro Francisco Galli.

Sob o mote "Agronegócio e Direito: o papel da advocacia nas relações jurídicas e econômicas", o Congresso contou com nove painéis distribuídos em três dias de palestras, que abordaram um amplo leque de temas, como conflitos patrimoniais, planejamento sucessório, títulos de créditos eletrônicos, crédito rural e financiamento privado, gestão de conflitos no agronegócio, sustentabilidade, entre outras questões.

A abertura do evento foi agraciada pela presença de diversas autoridades da advocacia paranaense, presidentes e ex-presidentes da OAB-PR e Subseções, além de palestrantes de peso e grandes nomes do agronegócio, como o presidente da Sociedade Rural do Paraná, Antônio de Oliveira Sampaio.



Nelson Sahyun Jr deu início aos trabalhos saudando os participantes que acompanhavam o evento virtual ou presencialmente, e destacando o empenho da CDAA na organização do Congresso. "Parabenizo os colegas que organizaram este encontro, que conseguiram em poucos dias de divulgação trazer mais de 800 advogados e pessoas interessadas nessa matéria tão importante. Isso demonstra que o trabalho desenvolvido por essa comissão está alcançando resultados significativos".

Sahuyn ainda reforçou a importância de o produtor moderno contratar ou consultar um serviço jurídico não somente quando tiver problemas, mas, sim, de forma preventiva, evitando assim dissabores e despesas.

Sobre o evento, Rodolfo Ciciliato ressaltou a importância do Paraná para o agronegócio global, destacando a expertise da advocacia do interior no que se refere à aplicação do Direito a questões relativas ao agronegócio. "A advocacia ligada ao agronegócio demanda não só o conhecimento jurídico em si, mas também conhecimento de causa, propriedade naquilo que se trabalha. E nesse ponto a advocacia do interior, muito mais do que advocacia das capitais, tem uma afeição muito maior ao produtor rural, porque ela conhece o produtor, sabe das suas amarguras, das suas dificuldades".

Como ex-coordenador do CDAA, o conselheiro deixou clara a missão da Comissão. "Nossa missão é trabalhar e mostrar que no interior, numa subseção tão grande como a de Londrina, mas também em outras subseções do Estado, há advocacia de qualidade, há advocacia de ponta, e que não perde em nada para grandes bancas das capitais".

Para Juliana Torres Milani, atual coordenadora da CDAA, foi uma grande honra e alegria para a subsecão da OAB/Londrina sediar um evento tão re-

levante. "O Congresso foi composto essencialmente por advogados, que vieram dividir conhecimento, trocar experiências, nos conceder parte da sua expertise técnica de alta qualidade, de forma graciosa e em proveito de todos", avaliou.

A coordenadora complementou dizendo que a advocacia precisa entender, e se orgulhar, de que o advogado é um instrumento, um meio de concepção de valores bastante importantes, como justiça, liberdade e vida. Porém, nenhum desses valores é possível sem o campo. "Precisamos aproximar esses dois universos. Pensar no que o direito é essencial para o campo, e no que o campo é essencial para o direito. Devemos ter esse olhar sensível ao campo, e por isso eventos como esse são de extrema importância".

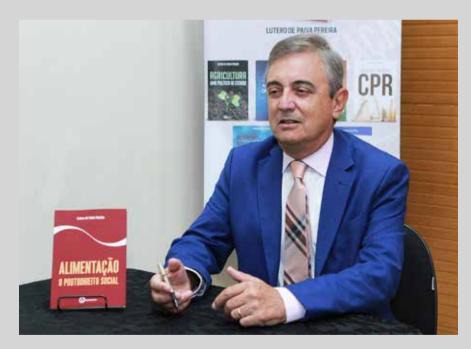


O agronegócio além de sua importância econômica

utor de mais de duas dezenas de obras jurídicas do agronegócio, o advogado Lutero de Paiva Pereira foi um dos palestrantes na abertura do III Congresso Paranaense de Direito Agrário e do Agronegócio. Ele concedeu a entrevista abaixo ao Jornal da Subseção. Acompanhe:

O senhor poderia esclarecer a ligação entre "Agronegócio, Soberania Nacional, Ordem Pública e Desenvolvimento Econômico", tema do painel do qual participou?

Embora as pessoas olhem para o agronegócio normalmente como uma atividade que tem grande importância para a economia nacional, o que é verdadeiro, é preciso ir além para entender seu alcance. A produção de alimentos é também importante para o fortalecimento de nossa soberania, para a manutenção da ordem pública e da paz social, bem como para o desenvolvimento do País como um todo. Para a soberania a alimentação é importante, porque um País que produz alimento com suficiência para o seu mercado interno, bem assim para o mercado externo, tem voz ativa nas relações internacionais por oferecer aquele bem que nenhum povo, rico ou pobre, desenvolvido ou subdesenvolvido, tecnologicamente bem ou não, bem armado ou enfraquecido em termos bélicos pode prescindir, que é o alimento. Uma expressão antiga – food is power – dá a dimensão do poder da alimentação. Portanto, um País que produz alimento traz consigo uma força ou um poder que solidifica sua soberania. Quanto a questão da ordem pública, a boa organização do



abastecimento alimentar é garantia da paz social, pois se a população tem um abastecimento seguro e firme ela está em paz e em ordem. Ao contrário, se as prateleiras se esvaziam, a ordem pública e a paz social são imediatamente comprometidas. Por derradeiro, o agronegócio tem o poder de implementar o desenvolvimento econômico do País como um todo visto que, com raríssimas exceções, sua capacidade de estar presente nos vários Estados da Federação é fato incontroverso, e onde o agro se estabelece ali o desenvolvimento econômico-social se torna real.

As atividades do agronegócio são conhecidas como empresa a céu aberto. Na sua opinião, os produtores têm ferramentas suficientes para se proteger quando o clima não ajuda?

Existem algumas ferramentas hoje que dão uma certa proteção a essa "empresa a céu aberto" chamada agricultura. Por exemplo, quem fez financiamento rural e perdeu a lavoura, tem em seu favor o direito de alongar a dívida por vários anos para evitar a venda da propriedade para pagar a dívida. Este é um ponto de proteção. Existe também o seguro agrícola ou mesmo o PRO-AGRO que podem ajudar. Mas é certo que existe muito a ser feito pelo setor em razão do muito que ele faz para o País.

O que poderia ser feito para que os produtores, especialmente os pequenos, possam desenvolver sua atividade sem tantos riscos econômico-financeiros?

Eu tenho defendido a ideia de que a agricultura deveria ser assistida por uma Política Agrícola de Estado ao invés de uma Política Agrícola de Governo. Acho eu a Política Agrícola de Estado poderia dispor de ferramentas mais úteis e oportunas para o pequeno produtor rural, considerando mesmo sua importância para o abastecimento alimentar interno. Outros tópicos sensíveis na área rural são sucessão e também contratos de compra e venda de imóveis rurais. No caso da sucessão: os cuidados são mais necessários quando falamos em grande ou média propriedade? Ou se estende a todos? E como deve ser conduzida?

O processo sucessório no agronegócio, tanto quanto fora dele, não é uma coisa fácil. Mais difícil ele se mostra quando se observa que a sucessão não é preparada em termos jurídicos e também emocionais. A tendência dos sentimentos tomarem conta neste momento é fator preocupante, e não pode ser desprezado. Quando a sucessão é forçada - como é o caso da sucessão causa mortis – a formação do condomínio pró indiviso que pode surgir, ainda que um período curto de tempo, precisa ser bem explicado pelo advogado aos sucessores. Existem outros pontos delicados quando, por exemplo, um imóvel do grupo familiar está garantindo financiamento de um só dos filhos, pois isto vai repercutir na partilha. Também não pode se esquecido que filhos que trabalham por procuração dos pais precisam tomar muito cuidado em razão das obrigações que isto acarreta.

Falando agora de contrato de compra e venda de imóveis rurais. Essa transação exige muita atenção. Quais são os pontos

mais sensíveis e como conduzi-los?

A compra e venda de imóvel rural precisa ser feita debaixo de boa orientação jurídica, pois as cláusulas do contrato, a posse do imóvel, a presença de ônus sobre a propriedade, as questões ambientais, possíveis arrendatários no imóvel, dentre tantas outras coisas, se não forem bem examinadas pode fazer com que a boa compra se torne num péssimo negócio.

Qual o papel do advogado neste contexto do agronegócio?

O agronegócio envolve um conjunto grande de complexas relações jurídicas, as quais somente o bom advogado é capaz de observar e avaliar seus efeitos. Muitos produtores rurais acabaram perdendo em pouco tempo o que levaram anos para adquirir por não terem contratado um advogado para assessorá-lo. Composições de dívida, por exemplo, quando não acompanhadas pelo advogado de quem vai assinar e confessar, pode piorar o que está ruim. Portanto, o papel do advogado no contexto do agronegócio é cada vez maior e mais indispensável.

LANÇAMENTO DO LIVRO

Alimentação - O Protodireito Social

Em seguida às palestras da primeira noite do III Congresso Paranaense de Direito Agrário e do Agronegócio, o advogado Lutero Paiva Pereira lançou o seu livro "Alimentação – O Prodireito Social".

A proposta da obra é demonstrar o direito à alimentação como o principal entre os direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição Federal. "A partir daí, e como consequência lógica, a responsabilidade posta sobre os ombros do Estado como agente fomentador da agropecuária ou, como queiram, do

agronegócio, justamente para garantir a todos os cidadãos uma alimentação em quantidade e qualidade condizentes com as necessidades do homem. Afinal, um País que tem o abastecimento alimentar bem organizado garante paz social e ordem pública", diz ele. O advogado explica ainda que o termo protodireito quer dizer direito principal, direito que vem em primeiro plano, direito que tem primazia, direito que tem destaque em relação a outros direitos de mesma natureza.

Autoridade em Direito do Consumidor convoca advocacia a trabalhar na efetividade da Lei do Superendividamento

utoridade reconhecida dentro e fora do Brasil quando o assunto é direito do consumidor, em especial o tema superendividamento, Claudia Lima Marques foi a palestrante convidada da Comissão dos Direitos do Consumidor da OAB-Londrina no dia 14 de abril, abrindo a agenda de reuniões acadêmicas instituída pela comissão nesta gestão e que acontecerá mensalmente. A palestra, remota, também celebrou o Dia do Consumidor.

Professora, pós-doutora e doutora pela Universidade de Heidelberg, Claudia Lima Marques tratou da atualização do CDC, estabelecida a partir da Lei nº 14.181/2021 (que está sendo chamada de Lei Claudia Lima Marques), com o tema: "A nova Lei do Superendividamento do Consumidor e o papel da Advocacia". Ela foi a relatora da comissão de juristas, presidida pelo ministro Herman Benjamin, responsável pela elaboração do anteprojeto que deu origem à Lei do superendividamento e também foi uma liderança nacional na mobilização

para aprovação e sanção da Lei.

Em sua palestra, a professora destacou a fase atual em que a lei se encontra – passados pouco mais de seis meses de ter entrado em vigor. "A fase atual é de colocar o 'bloco na rua', de fazer a diferença, de utilizar a lei", disse. Após registrar que a advocacia foi muito importante na fase de formação e de pressão para que a lei fosse aprovada, agora tem papel fundamental na fase que ela chama de enforcement. Ela esclareceu que gosta da palavra em inglês pelo sentido que traz, além da simples tradução de execução. "Enforcement nos dá a ideia daquela força modificando a realidade por força da lei, por força do Direito, é a lei modificando a sociedade, melhorando as práticas de crédito chamado de crédito responsável, de prevenção ao superendividamento" comentou.

Outro aspecto da lei e dessa fase do enforcement descrito por ela é Processual Civil, ou seja, são os meios e instrumentos que foram colocados à disposição da advocacia e de todos para realizar o que a lei chama de tratamento do superendividamento.

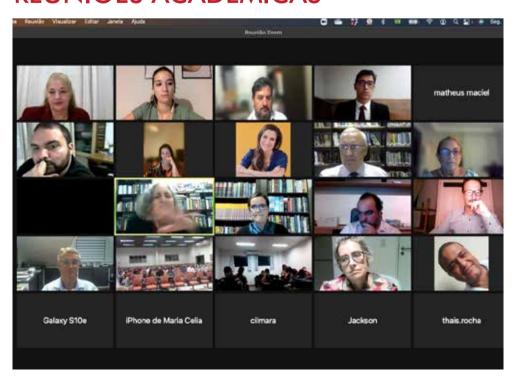
DÍVIDAS

Na exposição, a professora chamou a advocacia para trabalhar para a efetividade da Lei e destacou que cabe à advocacia, embasando fundamentos e pedidos inseridos pela Lei no Código de Defesa do Consumidor, a construção de aplicação e efetividade no Judiciário.



A íntegra da palestra com Claudia Marques está disponível no canal da OAB-Londrina no YouTube (https://www.youtube.com/watch?v=tJEY-NEFxJw)

REUNIÕES ACADÊMICAS



O coordenador da Comissão de Direito do Consumidor, Flávio Caetano de Paula Maimone, observa que a Reunião Acadêmica Inaugural da Comissão de Direito do Consumidor deu início a um projeto que atende ao objetivo fundamental da Comissão: valorização da advocacia consumerista e fortalecimento do Direito do Consumidor, colocando a Comissão novamente em cenário nacional nos debates do Direito do Consumidor e unindo OAB e Academia.

"Alunos da Universidade Estadual de Londrina, da UNIFIL, da FAC-CAR e das Faculdades Londrina tiveram como aula a participação no evento, destacando a importância de proximidade da Casa da Advocacia com as instituições de ensino, cujos alunos puderam ratificar a força institucional da Ordem", destacou, acrescentando que, "de fato, o projeto não poderia ter tido melhor início, seja pela palestrante Claudia Lima Marques, seja pela motivação de comemorar o Dia Mundial do Consumidor, seja — notadamente — pela marcante adesão de advogados, alunos e instituições".

Prestigiaram o evento a vice-presidente da OAB-Londrina, Sania Stefani; o secretário-geral José Carlos Mancini Junior; e a secretária-geral adjunta, Caroline Thon; representantes de outras Comissões da OAB Londrina, além da presença do Presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor/BRASILCON, Dr. Fernando Rodrigues Martins.



epois de dois anos, a Comissão da Mulher Advogada pode, enfim, realizar o tradicional Café da Manhã em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, reunindo, na sede da Subseção, profissionais para uma manhã descontraída e cheia de informações, em 22 de março.

O ponto alto da manhã foi a palestra da psicóloga Cristina Consalter, com a esclarecedora palestra sobre Saúde Mental, tema relevante, especialmente, após um longo período de restrições sanitárias e que afetou, emocionalmente, grande parte da população.

A saudade do evento era grande. O Café da Manhã reuniu dezenas de advogadas. Todas foram recebidas pelo presidente Nelson Sahyun Junior; pela vice-presidente, Sania Stefani; pela secretária-geral adjunta, Caroline Thon; e também estiveram presentes a ex-presidente da Subseção Vânia Queiroz; a diretora da CAA-PR Edmeire Aoki Sugeta e o delegado da entidade, em Londrina, Fabiano Nakamoto, que deram as boas-vindas e destacaram a importância da participação da mulher na entidade e na advocacia.

O evento foi organizado pela Comissão da Mulher Advogada, coordenada por Regina Aparecida Simões Cabral e que tem como vice-coordenadora a advogada Márcia Cristina Mileski Martins e como secretária, Jamile Sumaia Serea Kassem.









Convênio da CAAPR com Unimed

O Convênio com a Unimed Londrina é o destaque desta edição. Trata-se do plano de saúde oferecido pela Unimed com condições especiais para o advogado e seus dependentes estatutários.

O Delegado da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná em Londrina, advogado Fabiano Nakamoto, fala das condições especiais: "A abrangência é nacional, a obstetrícia que geralmente é opcional, para o nosso plano já está incluída e sem custo adicional para as mulheres, existe coparticipação de 30%, onde o valor das consultas está limitado a pouco mais de R\$30,00 (trinta reais) e os exames à R\$50,00 (cinquenta reais)".

Um outro diferencial é a cobertura integral e sem custo adicional para cirurgias e internações, e ainda, menciona ele, a tabela de faixa etária é mais elástica, chegando a 10 anos.

Nakamoto conta que os descontos chegam a 60% (sessenta por cento) se comparados a planos individuais de pessoas físicas, e que em sua casa a economia anual, considerando os quatro integrantes de sua família, chega a mais de R\$3.000,00 (três mil reais). "Acredito que a advogada ou o advogado que utiliza os serviços da CAAPR, recebe muito mais que o valor da anuidade de volta em benefícios."

Para saber mais sobre o plano, o advogado pode fazer contato direto com a Unimed Londrina.

Informações e condições de contratação: Juan Carlo — (43)99184-8086 / (43)3375-6046 - juan.santos@unimedlondrina. com.br

Treinamento com funcionários da Subseção

Durante o mês de março a Diretora Edmeire Aoki Sugeta e o Delegado Fabiano Nakamoto, representantes da Caixa de Assistência dos Advogados em Londrina, ofereceram treinamento aos funcionários da OAB/Londrina e da CAAPR/Londrina, esclarecendo e orientando sobre os benefícios da CAAPR que estão à disposição dos advogados e advogadas.

"Nossa intenção é melhorar cada vez mais os serviços que são oferecidos aos advogados paranaenses. Acreditamos que o diálogo permite essa melhoria cons-



tante. Preparar os funcionários da OAB e da CAA é primordial nesta jornada", pontua Edmeire Sugeta.

Estacionamento com a primeira hora subsidiada pela CAAPR

Reivindicação antiga dos advogados que frequentam o Ed. Tuparandi, sede dos principais serviços da Caixa de Assistência dos Advogados em Londrina - como o Médico de Família, Centro de Inclusão Digital e o Escritório Compartilhado-, foi firmado convênio de estacionamento.

O convênio foi firmado com o Estacionamento Londripark, situado à Rua Pio XII, 65 (ao lado do Cartório Pires), mediante subsídio da primeira hora para os advogados e advogadas que utilizarem os serviços da OAB/CAA no Ed. Tuparandi. A apresentação da carteira de identificação é obrigatória e as horas adicionais devem ser pagas pelo próprio usuário.

Para o carimbo da primeira hora, o advogado (a) deverá ter permanência mínima de 30 minutos, utilizando os serviços do Tuparandi.

Mais informações, consulte a secretaria da CAA no Ed. Tuparandi pelo telefone (43) 3374-8300.

Acompanhe os cursos da ESA

Os advogados e advogadas têm várias oportunidades de se aprimorarem e estarem com seus conhecimentos atualizados. Uma delas é por meio dos cursos oferecidos pela Escola Superior da Advocacia, muitos deles gratuitos ou a preços bastante acessíveis. São cerca de 95 cursos permanentes em sua plataforma digital de ensino (https://esapr.oabpr.org. br) e um programa de pós-graduação de LGPD, em parceria com a ESMAFE.

A advogada e coordenadora da Escola Superior da Advocacia da Subseção-Londrina, Patrícia Siqueira, separou alguns deles para publicação aqui neste espaço, como amostra da excelência do que é oferecido pela escola, os três ministrados por Jairo Amauri Abdon Junior:

- ✓ Processual Eletrônico Sistema Projudi
 - ✓ Processual Eletrônico PJ-E
- ✓ Processual Eletrônico E-Proc



RUI CÉPIL DINIZ

Médico de Família e Comunidade - CAAPR-Londrina

Para marcar sua consulta com o médico de família, um programa da CAAPR, ligue para: (43) 3374-8300.

A Saúde além do remédio

esses 34 anos de medicina, a inquietação sobre o simplismo da equação: Doença = Remédio (ou cirurgia), sempre me angustiou.

Durante todo o curso de medicina pouco se falava da importância de atitudes não medicamentosas, visando a manutenção e a recuperação da saúde.

Muitas vezes o profissional da área (não somente os médicos), mesmo já tendo adquirido este conhecimento, diante da sala de espera lotada, e com o relógio rápido e impiedoso, não dedica o tempo necessário para uma boa orientação sobre os aspectos fisiopatológicos do envelhecimento e do adoecimento, e das atitudes necessárias para seu enfrentamento e resolução.

E o resultado está aí: apesar dos inegáveis avanços tecnológicos que nos cercaram nas últimas décadas, não percebemos uma melhoria proporcional nos indicadores de saúde em geral. Pelo contrário, fazemos uma medicina cada vez mais cara, e a realidade mostra a superlotação de hospitais, pronto-socorros e UTIs.

Já passou da hora de assumirmos o papel de protagonistas de nossas próprias vidas e de nossa saúde, deixando para trás o rótulo de "pacientes".

De forma alguma se pretende substituir ou minimizar a importância da medicina e do bom diagnóstico e conduta profissionais. O objetivo principal será abordar de maneira simples diversos assuntos, que de uma maneira ou de outra, poderão contribuir para a manutenção e/ou recuperação de nossa saúde.

De forma didática, podemos comparar nosso "equilíbrio" (ou saúde, como queiram) a uma construção com "quatro alicerces principais":

- ✓ O primeiro diria respeito à genética;
- ✓ O segundo diria respeito à alimentação ou nutrição, que deve ser saudável, em linhas gerais, e que deve ser individualizada conforme nossa genética, estilo de vida e condições de saúde;
- ✓ O terceiro corresponderia à atividade física (nenhum organismo vivo animal nasceu para a inércia, por isso nascemos com músculos, braços, pernas, etc);
- ✓ O quarto corresponderia ao equilíbrio psíquico ou **saúde mental** (segundo a medicina tradicional chinesa, todos os problemas de saúde tem origem em nossas emocões).

Neste primeiro artigo, vamos abordar rapidamente a **Genética**:

Infelizmente (ou felizmente), "a única forma de não envelhecer é morrer jovem!"

Aquele bebê lindo, cheiroso e saudável que fomos, se Deus quiser, vai sobreviver e envelhecer!

A maneira como envelhecemos dependerá de dois fatores básicos: "Genótipo e fenótipo".

O **genótipo** é nossa carga genética ("Constituição genética de um indivíduo; Totalidade dos caracteres hereditários de um organismo"),

que trazemos conosco desde a concepção, vinda de diversas gerações de nossos antepassados,



e que poderá ou não se manifestar, de diversas formas e em diversos momentos de nossas vidas. E isto, por enquanto, ainda não é mutável, apesar dos inúmeros progressos da ciência nesta área!

O fenótipo ("Característica aparente ou observável de um indivíduo, determinada pela interação de nossa herança genética (genótipo) com as condições ambientais"), este sim, pode ser modificado por nossas atitudes durante toda a vida, atitudes estas que terão consequências, boas ou não, em nosso processo de desenvolvimento e envelhecimento!

Nos próximos artigos, abordaremos cuidados específicos para os problemas mais comuns em nossa sociedade.

Abraços a todos, e continuem se cuidando!







MENTES QUE PENSAM POR SI. CORAÇÕES QUE ABRAÇAM O PRÓXIMO.

No Marista Londrina, as crianças da Educação Infantil têm contato com projetos como o Integral Bilíngue, musicalização e artes, que estimulam a investigação, criatividade, autonomia e solidariedade.

VENHA CONHECER A NOSSA PROPOSTA PEDAGÓGICA.



Use o QR Code e agende uma visita.



londrina.colegiosmaristas.com.br